

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA/BAR DA DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE**

#### **PARTE I**

#### **CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos contém as cláusulas contratuais a celebrar na sequência do presente procedimento para exploração da cafetaria/bar da Direção-Geral da Saúde.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Entidade adjudicante**

- 1 - A entidade adjudicante é a Direção-Geral da Saúde, pessoa coletiva n.º 600037100, com sede na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 45, 1049-005 Lisboa, e com o correio eletrónico: [telmagaspar@dgs.min-saude.pt](mailto:telmagaspar@dgs.min-saude.pt).
- 2 - A decisão de contratar foi tomada por Maria da Graça Gregório de Freitas, na qualidade de Diretora-Geral da Saúde, no exercício de competência delegada que lhe é conferida pelo Despacho n.º 1454/2018, publicado no Diário da República n.º 29/2018, Série II, de 2018-02-09.
- 3 - Os esclarecimentos necessários à boa interpretação do mencionado no presente caderno de encargos são da competência da entidade adjudicante.

##### **Cláusula 3.ª**

##### **Serviços adquirir**

O presente procedimento que tem por objeto a exploração da cafetaria/bar da Direção-Geral da Saúde, localizada no 9.º piso das instalações da entidade adjudicante, de acordo com os espaços reservados e já existentes para o efeito e assinalados na planta (ANEXO IV), a funcionar todos os dias úteis, ininterruptamente entre as 8.00 horas e as 18.00 horas, e destinada aos trabalhadores e colaboradores da entidade adjudicante, e a outras pessoas devidamente autorizadas pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Obrigações do adjudicatário**

Constituem obrigações do adjudicatário:

- a) Confeção diária de um prato de sopa, um prato de peixe, um prato de carne e um prato de dieta;
- b) A sopa é obrigatoriamente de vegetais frescos tendo por base batata, hortícolas e leguminosas, sendo permitido quinzenalmente canja, sopa de peixe ou de carne;
- c) O prato de carne ou de peixe, em alternativa, é acompanhado dos básicos de alimentação, e inclui sempre obrigatoriamente legumes cozidos ou crus adequados à ementa;
- d) Disponibilizar as refeições nas opções prato (com 24 a 28 cm de diâmetro);
- e) A oferta diária da refeição é acompanhada por pão de mistura;
- f) A oferta deverá incluir uma redução gradual e faseada no teor de sal na sopa e nas guarnições/acompanhamentos até ao valor de referência de 0,2g de sal/100g de alimento;
- g) A sobremesa, disponibilizada diariamente é composta sempre por fruta da época, e pelo menos uma das seguintes opções, em alternativa: iogurte, gelado, doce caseiro ou gelatina, fruta cozida ou assada;
- h) Disponibilizar sempre água;
- i) Só é admissível uma vez por semana, um prato tendo por base a fritura, devendo os fritos a servir devem ser convencionados exclusivamente com óleo refinado, de qualidade, e próprio para fritar, e o número de utilizações do óleo de fritar deve ser controlado;
- j) Os pratos deverão incluir produtos alimentares sazonais e teor reduzido de sal;
- k) Deverá existir, pelo menos quinzenalmente um prato à base de leguminosas;
- l) Deverá existir pelo menos quinzenalmente um prato à base de ovos, substituindo o prato de carne ou peixe;
- m) As ementas devem evidenciar um carácter inovador e preocupações com questões de saúde;
- n) O plano oferta de serviços e produtos referidos nas alíneas anteriores devem ser obrigatoriamente apresentados mensalmente à entidade adjudicante com uma antecedência mínima de 15 dias e através de uma ficha técnica;
- o) Deve colocar à venda de todos os produtos normalmente comercializados em estabelecimentos deste tipo, nomeadamente os constantes do ANEXO II, mas com completa e absoluta observação de não serem confeccionados quaisquer tipos de

alimentos que provoquem cheiros ou fumos, podendo eventualmente as opções de pratos ser confeccionadas no exterior e devidamente transportadas;

- p) O transporte dos artigos a comercializar na cafetaria/bar da Direção-Geral da Saúde, é da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, devendo ser feito em boas condições higiénicas e de acondicionamento de forma a estarem resguardados de quaisquer impurezas que os conspurquem ou contaminem, não podendo os recipientes utilizados, que deverão estar, sempre, rigorosamente limpos, servir cumulativamente para qualquer outra finalidade;
- q) É proibida a venda de tabaco e de bebidas alcoólicas com exceção de cerveja e de vinho engarrafado com o serviço de almoços, nos termos da legislação em vigor;
- r) É proibida a confeção e venda de refeições, de outros alimentos, e de artigos, para consumo fora da Direção-Geral da Saúde.
- s) A tabela de preços, é homologada pela Diretora-Geral da Saúde e afixada pelo adjudicatário em local bem visível e de fácil consulta pelos utentes,
- t) A tabela de preços mantém-se inalterável durante o período de vigência do contrato, apenas podendo se adaptar às alterações das taxas de IVA;
- u) Deverá ser posto à disposição dos utentes um livro de reclamações e de sugestões cuja existência deverá ser assinalada por um anúncio bem visível;
- v) As reclamações e sugestões recebidas, além de serem comunicadas às autoridades, competentes, serão comunicadas à Direção da Direção-Geral da Saúde em função da gravidade ou oportunidade das situações, em prazo adequado, mas nunca superior a 30 dias;
- w) A circulação de produtos e abastecimentos da cafetaria/bar serão efetuados pelas áreas indicadas e respeitando os horários estabelecidos pela Direção da Direção-Geral da Saúde;
- x) O pessoal deverá observar as regras de higiene individual no decurso de todas as operações inerentes à sua atividade e apresentar-se devidamente fardado e identificado, devendo, aqueles que manuseiam os alimentos, dispor, em matéria de higiene dos géneros alimentícios, de instrução e/ou formação adequadas para o desempenho das suas funções.



### **Cláusula 5.ª**

#### **Encargos do adjudicatário**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da:

- a) Aquisição de bens e produtos e confeção das refeições;
- b) Contratação do pessoal necessário e indispensável ao bom funcionamento da cafetaria/bar;
- c) Limpeza, desinfestação e desinfeção dos espaços que lhe forem destinados para o exercício da atividade a que respeita o presente caderno de encargos;
- d) Aquisição de recipientes para lixo (contentores) para depósito de todos os resíduos inerentes ao exercício da atividade, colocando-os no local a definir pela Direção da DGS, para que possam ser esvaziados pelos Serviços Camarários competentes;
- e) Seguro “Multirrisco Comércio” com cobertura de responsabilidade civil inerente à atividade objeto do contrato, tanto no que respeita a danos físicos e/ou morais de funcionários e/ou utentes, como no que respeita a danos materiais que se venham a verificar nas instalações, equipamento e trem;
- f) Manutenção e reparação de todas as peças de equipamento, incluindo as que lhe são cedidas a título de empréstimo pela Direção da Direção-Geral da Saúde (Inventário – ANEXO III);
- g) Cumprimento das disposições legais vigentes para o sector da atividade, relativamente ao pessoal em serviço na cafetaria/bar, nomeadamente o respetivo Acordo Coletivo de Trabalho, nos casos de transferência da exploração;
- h) Execução de quaisquer benfeitorias que entenda necessárias ao exercício da atividade, desde que previamente autorizadas;
- i) Aquisição de eletrodomésticos e da palamenta que considere indispensáveis ao exercício da atividade;
- j) Restituição ao adjudicante no fim do contrato, dos espaços destinados ao exercício da atividade, em bom estado de conservação, e de todo o equipamento, mobiliário e outro material cedido a título de empréstimo pelo adjudicante, em perfeitas condições de limpeza e de funcionamento (ANEXO III).

### **Cláusula 6.ª**

#### **Benfeitorias**

1 - A montagem de equipamento, a execução das benfeitorias autorizadas pela entidade adjudicante e a posterior exploração da cafetaria/bar nunca poderão pôr em causa quaisquer

aspetos da organização ou do funcionamento da Direção-Geral da Saúde, ou outro organismo ali instalado.

2 - A propriedade das benfeitorias realizadas reverterá para a Direção-Geral da Saúde decorrido um ano de exploração.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

Não haverá lugar à prestação de caução.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Dever de Sigilo**

1 - O adjudicatário fica obrigado a guardar sigilo quanto às informações de que venha a ter conhecimento na execução do contrato, relacionados com a atividade da Direção-Geral da Saúde.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo da execução do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de deveres comerciais ou da credibilidade, prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Responsabilidades do adjudicatário**

1 - O adjudicatário responde pelos danos que causar ao adjudicante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das normas gerais de direito e do disposto nas presentes cláusulas.

2 - O adjudicatário responde ainda perante o adjudicante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do presente contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

3 - Nenhuma das partes responde pelos danos causados à outra parte em virtude de incumprimento de obrigações emergentes do contrato decorrente de caso fortuito ou força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho.



4 - A parte que pretenda beneficiar do regime acolhido no número anterior deve, para o efeito, informar a outra parte da verificação de uma situação de incumprimento decorrente de caso fortuito ou de força maior, fazendo menção dos fatos que, em seu entender, permitem atribuir esta origem ao incumprimento e, ainda, do prazo que estima necessário para cumprir a obrigação em causa.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Resolução por parte do adjudicante**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, se não corresponder com o estabelecido no caderno de encargos.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição do procedimento já realizado, a menos que tal seja determinado pelo adjudicante.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Rescisão do Contrato**

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Gestor de Contrato**

A DGS designa como Gestor do Contrato, que assegurará as funções de acompanhamento de execução técnica do contrato, a Dra. Ana Ricardo, da Divisão de Apoio à Gestão.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Dados Pessoais**

1. O adjudicatário deverá apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a que o tratamento de dados satisfaça os requisitos do RGPD – Regulamento (EU) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e



assegure a defesa dos direitos do titular dos dados, nomeadamente, através da existência e do cumprimento de um código de conduta ou de procedimento de certificação aprovado conforme referido nos artigos 40.º e 42.º do RGPD.

2. Compete ao adjudicatário informar, imediatamente, a entidade adjudicante se, no seu entender, alguma instrução violar o presente Contrato ou o RGPD ou outras disposições legais nacionais ou europeias em matéria de proteção de dados.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Notificações e comunicações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para a sede de cada parte, identificadas no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação e a cessão da posição contratual pelo adjudicatário depende da autorização da Direção-Geral da Saúde.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Legislação em vigor**

As partes obrigam-se a respeitar as disposições previstas na legislação em vigor no território nacional aplicável à execução do contrato, designadamente o Código dos Contratos Públicos, no que lhe possa ser aplicável, e a suportar as consequências do seu não cumprimento.



#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Casos Omissos**

Em todos os casos omissos, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Foro Competente**

Todos os litígios emergentes da aplicação e da interpretação do contrato são dirimidos pelos Tribunais da Comarca de Lisboa.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Duração**

A exploração da cafetaria /bar da Direção-Geral da Saúde é válida por um ano, a contar da data de adjudicação, podendo ser renovado por dois períodos de um ano, por acordo entre as partes.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Verificação da execução**

- 1 - Durante a vigência do contrato, a Direção-Geral da Saúde reserva-se o direito de efetuar as ações de verificação do cumprimento das presentes cláusulas, nomeadamente no que toca à qualidade de oferta dos produtos comercializados.
- 2 - A verificação, por duas vezes sucessivas, do incumprimento grave das presentes cláusulas, implicam a rescisão do contrato e a contratação do concorrente classificado em lugar subsequente ao do adjudicante.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Apresentação da proposta**

- 1 - As propostas são entregues até às 17 horas do dia 30 de agosto de 2019.
- 2 - As propostas são apresentadas em envelope opaco e fechado, com a identificação do concorrente e a indicação de "Proposta para exploração Cafetaria/Bar".
- 3 - As propostas são entregues pessoalmente (entre as 9 e as 13 horas e as 14 e as 17 horas) na sede da Direção-Geral da Saúde, situada na Alameda D. Afonso Henriques, n.º 45, 1049-005 Lisboa



ou por correio registado até ao dia 30 de agosto de 2019 e com aviso de receção, para a mesma morada.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Elementos da proposta**

- 1 - Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
- 2 - A proposta deve integrar, para além da declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos (ANEXO I), os seguintes elementos:
  - a) Tabela de preços (caso se proponha reduzir o preço de algum dos produtos da tabela de referência – ANEXO II);
  - b) Variedade diária proposta para o prato;
  - c) Contingente de pessoal;
  - d) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Avaliação das propostas**

- 1- A adjudicação será feita segundo o critério da proposta com mais qualidade e economicamente mais vantajosa, de acordo com as condições de funcionamento, avaliadas de acordo com os seguintes fatores:
  - a) - Variedade e qualidade diária de oferta para o prato 50%
  - b) - Preço proposto para prato 40%
  - c) - Número de trabalhadores a afetar 10%
- 2 - Na apreciação do fator “variedade e qualidade” é obrigatório a constituição de uma oferta diária que respeite a composição prevista nas alíneas a) a m) da Cláusula 4.<sup>a</sup>.
- 3 - O fator “preço” tem por base a tabela de referência que consta do ANEXO II.
- 4 - Em caso de empate prevalece a proposta que tenha maior pontuação no fator “variedade e qualidade de oferta”.
- 5 - No caso de subsistir empate, prevalece a proposta que tenha maior pontuação no fator preço mais baixo para o prato diário.

6 - No caso de continuar a subsistir empate, o fator de desempate será a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

**Listagem dos ANEXOS:**

Anexo I – Declaração nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro)

Anexo II – Tabela de referência de preços

Anexo III - Inventário dos bens disponibilizados pela Direção-Geral da Saúde e afetos à atividade a adjudicar

Anexo IV – Planta